

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ABRIL/JUNHO-2005

RENOVAR

240



FGV Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Doutrina

- Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil) — LUÍS ROBERTO BARROSO 1
- Legalização do aborto e Constituição — DANIEL SARMENTO 43
- Neoconstitucionalismo, Direitos fundamentais e controle das políticas públicas — ANA PAULA DE BARCELLOS 83
- As parcerias público-privadas — PPP'S no Direito positivo brasileiro — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO 105
- Agências reguladoras independentes e democracia no Brasil — GUSTAVO BINENBOJM 147
- Tribunais administrativos internacionais — JOSÉ CRETELLA JÚNIOR e JOSÉ CRETELLA NETO 167
- Inexistência de improbidade administrativa para o agente público responsável pela ordem tributária se não houver crédito constituído e se não ficar demonstrado *a posteriori* ato de má-fé — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS 185
- A força normativa das diretrizes do Conselho Nacional de Saúde sobre a EC 29/2000 — MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO e NEVITA MARIA PESSOA DE AQUINO FRANCA 205
- Integração de eficácia da Emenda Constitucional nº 45/2004. A Iniciativa legislativa na regulamentação do conselho nacional do Ministério Público — EMERSON GARCIA 217
- A Súmula Vinculante como norma jurídica — RODRIGO JANSEN 225
- Aspectos da Emenda Constitucional nº 45 de 8 de dezembro de 2004 (Reforma do Judiciário) — PEDRO GORDILHO 265

Jurisprudência dos Tribunais

- A responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público (STF) 273
- A inconstitucionalidade da atribuição à defensoria pública estadual da defesa dos servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções (STF) 287

A inconstitucionalidade de preceito de constituição estadual que submete o relatório de impacto ambiental ao crivo de comissão permanente e específica da Assembléia Legislativa (STF)	298
A inconstitucionalidade da nomeação de assessores jurídicos não concursados após a realização e a homologação de concurso para provimento do cargo de procurador	303
A possibilidade do Judiciário determinar à administração pública a aplicação de pena menos severa a servidor público em observância ao princípio da proporcionalidade (STF)	310

Pareceres

COFINS e PIS — Planejamento Tributário — Incompatibilidade entre o sistema tributário brasileiro e eventual norma antielisão — Art. 116 Parágrafo único do CTN — Carência de eficácia — Planejamento que, ademais, harmoniza-se com os objetivos das leis 10.637/02, 10.640/03, 10.833/03 e MP 164/04 — Opinião legal	315
Conflito entre o dever de proteção à saúde e o dever de proteção à liberdade de comunicação e informação no caso da propaganda comercial de tabaco. Exame de constitucionalidade da Lei nº 9.294/96	329
Relatório de informações gerenciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro — 2001-2004	357

Legislação

Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004	447
Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005	456
Índice analítico	459